

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GRAZIELE DIAS DA SILVA

RENATA ANGELOTTI

**AS CAMINHADAS NA NATUREZA COMO ALTERNATIVA DE
ECOTURISMO NOS PARQUES RIO DA ONÇA E SAINT HILAIRE LANGE,
MATINHOS – PR.**

MATINHOS - PR

2015

**AS CAMINHADAS NA NATUREZA COMO ALTERNATIVA DE
ECOTURISMO NOS PARQUES RIO DA ONÇA E SAINT HILAIRE LANGE,
MATINHOS – PR.**

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão de Turismo da Universidade
Federal do Paraná, Setor Litoral,
como requisito parcial para a
obtenção do título de Tecnólogas em
Gestão em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernesto
Brambatti

ATA FINAL DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatorze dias do mês dezembro de 2015, às 18:00 horas na sala 21 A da UFPR – Setor Litoral reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelos professores Dr. Marcos Luiz Filippim e Dr. Valdo José Cavallet, sob a presidência do professor Dr. Luiz Ernesto Brambatti. O Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR de autoria das alunas Grazielle Dias da Silva e Renata Angelotti, sob o título: *“AS CAMINHADAS NA NATUREZA NOS PARQUES RIO DA ONÇA E SAINT HILAIRE LANGE COMO ATIVIDADE DE ECOTURISMO”*. O conceito atribuído foi: AS. As alunas terão o prazo de 15 (quinze) dias para fazer as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final impressa em capa dura e em CD com arquivo em PDF para a Assessoria da Câmara.

Matinhos, 14 de dezembro de 2015.



Professor Dr. Luiz Ernesto Brambatti



Professor Dr. Marcos Luiz Filippim



Professor Dr. Valdo José Cavallet



Grazielle Dias da Silva



Renata Angelotti

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar saúde e sabedoria para que eu pudesse realizar mais uma conquista em minha vida, também sou grata a minha família, em especial, o meu marido José da Costa Valim Filho e seu filho Arthur Valim por me apoiarem a concluir meu curso de Gestão de Turismo. Sou grata a todos que fizeram parte deste trabalho acadêmico, a minha amiga e colega de curso e TCC (Monografia) Renata Angelotti, ao meu mediador e todos acadêmicos da UFPR – Litoral.

Graziele Dias da Silva.

EPÍGRAFE

Porque o senhor é bom, e eterna a sua misericórdia; e a sua verdade dura de geração em geração.

Salmo: 100, versículo 5.

RESUMO

Este trabalho refere-se as caminhadas na Natureza no litoral do Paraná, considerando dois locais específicos: o Parque Nacional Saint-Hilaire-Lange e o Parque Estadual Rio da Onça. Ambos são alternativos à movimentação econômica de toda a região para o ano todo, pois dispõe de locais propícios a prática do ecoturismo. Todavia, por questões públicas administrativas, não há fomento para que ocorram eventos de 'Caminhadas na Natureza', deixando de absorver o potencial turístico. Visto que o litoral paranaense já é uma região de sol e praia, portanto, já compreende um aspecto turístico, bem servido de balneários e que explora o veraneio. Há pouco investimento neste nicho. Os eventos organizados na região, o preparo dos profissionais de turismo ou a própria fomentação e incentivo a prática de caminhada na natureza como turismo, é insuficiente se percebido o grande potencial que a região tem.

Palavras-chave: Turismo. Caminhadas na Natureza. Litoral. Parque. Guia de turismo. Ecoturismo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
.INTRODUÇÃO.....	8
.BREVE HISTÓRICO.	9
3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	10
OBJETIVOS.....	11
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
CARACTERÍSTICAS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA.....	11
TURISMO EM ÁREAS NATURAIS.....	16
INCENTIVO AO TURISMO.....	16
IMPACTOS AMBIENTAIS.....	19
ECOTURISMO.....	20
CAMINHADAS EM ÁREAS NATURAIS.....	23
RIO DA ONÇA – DESCRIÇÃO DO CIRCUITO.....	29
SERRA DO PRATA –DESCRIÇÃO DO CIRCUITO.....	33
GUIA DE TURISMO.....	36
TRILHAS.....	41
PRÁTICA DE MANEJO.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito estudar os reflexos das caminhadas na natureza para o turismo do litoral paranaense, mais especificamente nos municípios de Matinhos e Guaratuba, considerando o potencial da atividade e dos locais existentes no litoral do paranaense, visto ser uma região de praia e sol.

Para a realização desse trabalho foi feita visitas aos parques da região, onde foram coletadas informações através de pesquisa de campo sobre as caminhadas na natureza. Este trabalho descreverá a prática das Caminhadas na Natureza como atrativos turísticos em áreas naturais, no Parque Estadual Rio da Onça e no Parque Nacional Saint Hilaire-Lange, que envolvem instituições como UFPR, Emater, SESC, Prefeituras de Matinhos e Guaratuba.

O município de Matinhos tem fortes potencialidades para a prática do Ecoturismo por estar cercado de áreas naturais, dentre elas os parques supracitados, foco deste estudo. Apesar deste potencial para viabilizar e criar condições para ofertar esta modalidade de turismo, a cidade não tem apostado nestes segmentos, promovendo e explorando o segmento de turismo de “Sol e Praia” aquém do que poderia. O Parque Estadual Rio da Onça é um local onde atualmente se pratica o Ecoturismo; possuindo infraestrutura necessária para dar o atendimento aos caminhantes, com uma trilha organizada nos padrões estabelecidos pela ABNT.

As caminhadas na natureza são atividades capazes de despertar no individuo experiências vivenciais, com fortes emoções, proporcionando – ao turista – ter um contato mais próximo com a natureza e – a população local – melhorias socioeconômicas.

Dentro desta mesma perspectiva, percebe-se que a prática desta modalidade turística requer um cuidado com a preservação do meio ambiente, porque a conservação constitui o próprio objeto da pratica turística.

Quando se fala em ecoturismo, subentende-se que é uma atividade sustentável, ou seja, é praticada com o mínimo de impactos ambientais, em uma área natural, fazendo uso dos recursos de forma planejada, sem esgotá-los, e

assim, garantir a sua preservação para que as próximas gerações possam também dela usufruir.

A prática das caminhadas na natureza é capaz de atrair turistas para a região, sendo necessário todo um conjunto de atividades preparatórias e investimentos que possam atender essa demanda. Havendo organização para tal promoção, o resultado será o desenvolvimento local e sustentável, refletindo de forma direta na economia local.

2. BREVE HISTÓRICO

Segundo Brambatti (2011), no Paraná, ocorre um movimento de ocupação do litoral no sentido contrário do que ocorreu nos séculos XVIII e XIX, quando o movimento de ocupação era do litoral para o planalto e interior. A partir de 1930, começa a construção das “segundas residências” e casas de veraneio no litoral paranaense, com a formação dos balneários de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, como também a implantação de uma rede de hotéis, restaurantes e pousadas para atenderem aos veranistas.

De acordo com o autor, “os paranaenses descobrem as praias, não mais com a dimensão do mar como tratamento de saúde, como iniciou na década de 1930 e 1940, mas com a perspectiva do ócio e da moda, do culto ao corpo e do lazer de férias escolares e de trabalho. Na década de 1970 a estética do corpo define o turismo de sol e praia como uma necessidade para o embelezamento e projeção estética. Já na década de 1990, os pouco mais de 40 km de orla atlântica do Litoral do Paraná estão praticamente tomados por loteamentos, cidades e balneários ocupados de forma ordenada e até algumas ocupações irregulares”.

O resultado desta ocupação espontânea e não planejada do território praiano foi municípios com forte dependência sazonal. Um estudo do IPARDES sobre a cadeia produtiva do turismo no Estado do Paraná, feito em 2008, aponta 2.186 estabelecimentos comerciais vinculados ao turismo no litoral. Desse contingente, 2.114 são microempresas – a maioria sem nenhum empregado, 70 pequenas e 2 médias. Esse quadro sugere que a maior parte da força de trabalho é familiar e informal ou constituída por autônomos e apesar do dinamismo das

microempresas, o efeito multiplicador no conjunto da economia é baixo, sendo que o “desenvolvimento do turismo na região depende de ampliação e melhoria da qualidade dos equipamentos da cadeia produtiva” (IPARDES, 2008, p.19). Esse estudo torna bastante evidente que não há constância do turismo na região.

O turismo mostra-se como uma das atividades com maior potencial de crescimento econômico para uma região, pois tem capacidade de atingir todos os setores de um lugar. Assim como preleciona Oliveira:

Para Oliveira (2005 pág 36), o turismo é um meio de redistribuir a renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais.

Desta forma, tem-se o turismo como uma alternativa para crescimento de um município.

3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A promoção de caminhadas na natureza do litoral paranaense seria uma alternativa para movimentar a economia da região nas cidades de Matinhos e Guaratuba?

A fomentação, por parte do poder público, a este tipo de atividade, numa região que já dispõe do turismo de “sol e praia”, bem como dos Parques Rio da Onça e Saint Hilaire Lange, que são propícios ao Ecoturismo movimentariam o comércio e promoveriam o desenvolvimento local?

3.1 OBJETIVOS

Analisar os aspectos turísticos do Parque Estadual Rio da Onça e no Parque Nacional Saint Hilaire-Lange, a fim de promover a atividade de caminhadas na natureza.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar informações sobre o desenvolvimento local para a prática das caminhadas em áreas naturais.
- Evidenciar o trabalho que é feito para incentivar o ecoturismo.
- Apresentar o Parque Estadual Rio da Onça e o Parque Nacional Saint Hilaire-Lange como pontos turísticos para prática das caminhadas guiadas.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 CARACTERÍSTICAS DO ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA

Segundo as informações do Ministério do Turismo (BRASIL, 2005, p.10), é no ano de 2001 em que ocorre a definição das atividades mais específicas para o Turismo de Aventura com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para este segmento turístico, realizado em Caeté/MG. Também é nesta região onde se estabeleceu este segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional que envolve

riscos controlados, seja em ambientes naturais ou em espaços urbanos ao ar livre, exigindo o uso técnico e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos que garantam a segurança pessoal de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, com o objetivo de garantir uma maior qualidade nos serviços ofertados. Entre as atividades do turismo de Aventura, estão as trilhas e caminhadas.

Caminhadas são percursos a pé em itinerário predefinido. Existem caminhadas de um ou mais dias com a necessidade de carregar parte dos equipamentos para pernoite em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, em pousadas ou casas de família.

As modalidades de caminhadas promovem atividades de grau de níveis de dificuldade fácil, médio e alto, e dependendo da atividade exercida pode oferecer certo “risco” à integridade física do praticante, por esta razão é necessário um planejamento e gestão diferenciados para atender a este público tornando a prática das atividades seguras e confortáveis ao (s) turista (s).

Trilha é o conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais. As trilhas podem ser um dos principais atrativos de uma localidade, mas em função da quantidade de informações disponíveis no ambiente, faz-se necessário identificar locais de maior potencial de atratividade ao visitante, para que este possa ter ampliado sua satisfação e interesse nos momentos de interatividade. A depender da trilha e do grau de dificuldade, podem conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores – corrimões, escadas e pontes, proporcionando interação no ambiente e a compreensão da responsabilidade para com os recursos naturais (MTUR, ECOTURISMO: Orientações Básicas 2ª Edição)

Ainda, de acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p.15), atualmente verificou-se um aumento na procura pelas atividades do turismo de Aventura e o Ecoturismo no Brasil. Apesar de ambos os segmentos turísticos terem atividades semelhantes que ocorrem em áreas naturais, existem alguns fatores que os diferenciam na prática do Turismo de Aventura do Ecoturismo “[...] compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de

aventura de caráter recreativo e não competitivo”. Ou seja, tendo em vista que os turistas interessados por estas atividades buscam por um contato próximo com a natureza e por experiências que despertam emoções fortes, mas tudo com um “risco” controlado, a fim de sair da sua rotina corriqueira e estressante da cidade, diferenciando-se do segmento do turismo de esportes, por este ser praticado por esportistas profissionais, com propósito de competir.

Farah (2005, p.28) também define o conceito de atividade turística praticada no ecoturismo como não sendo de caráter competitivo, e sim, uma forma aonde o indivíduo busca, através de novas experiências recreativas, superar seus limites pessoais com a prática de atividades que envolvem certos “riscos”, mas de forma controlada.

Mas, por outro lado, é justamente por existirem certos “riscos” que este segmento turístico se torna atraente para o turista que pratica o Turismo de Aventura, motivando-o a descobrir ou superar seus limites físicos e mentais por fortes emoções, assim menciona Giaretta (2003 p.54).

O segmento de ecoturismo é uma prática sustentável por se tratarem de atividades turísticas em áreas naturais, priorizando a educação ambiental para um turismo consciente e requerendo também um bom planejamento na implantação de atividades turísticas destas modalidades a fim de minimizar os impactos ambientais.

Para Laarman e Durst (1987 apud FENNELL, 2002, p.45) este segmento turístico surge como um turismo de natureza em que: “o viajante é atraído a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da sua história natural, onde a visita combina educação, recreação e, muitas vezes, aventura”.

Existem vários fatores que levam o turista a conhecer novos lugares. Para Bruhns (1997) o interesse cada vez maior pela prática do segmento de Turismo de Aventura está na procura da sensação do risco controlado e na busca do desconhecido e inconstante que o segmento turístico desperta, onde o indivíduo se propõe a lutar para preencher um vazio existencial e incômodos permanentes decorrentes das perdas de valores e estilos de vida dos dias atuais.

Por outro lado, Swarbrooke (2003, p.28) acredita que, a razão da procura pela prática do segmento do ecoturismo, esta relacionada ao fato de que cada vez mais as pessoas estão fugindo das atividades rotineiras e estressantes dos

centros urbanos "em busca de auto realização e prazer através de atividades físicas e mentais estimulantes".

As atividades de Turismo de Aventura requerem uma definição de normas técnicas, as quais permitam mais segurança e qualidade nos serviços prestados aos turistas praticante desta modalidade de turismo (2006 apud ABETA, 2008, p.31). A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT elaborou uma definição de atividades de turismo de aventura como sendo aquelas:

Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de turismo de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. Tais como:

1. Riscos assumidos significam que ambas as partes têm consciência dos riscos envolvidos.
2. As atividades de Turismo de Aventura podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos.
3. As atividades de Turismo de Aventura frequentemente têm como uma das suas origens os esportes na natureza.

Com o aumento na demanda neste segmento turístico, a ABETA (referência nacional de organização empresarial nos segmentos de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Natureza), visando a melhoria da qualidade da segurança e da competitividade dos profissionais e empresas deste segmento, criou o Programa Aventura Segura, em parceria com o SEBRAE Nacional e o Ministério do Turismo. Este programa teve início em Dezembro 2005, e em Março de 2008 já tinha qualificado milhares de pessoas. Envolveu centenas de empresas com o propósito de incentivar a uma nova cultura de qualidade, segurança e gestão no Turismo de Aventura. (Manuais de Turismo de Março de 2008 e Ministério do Turismo).

O turismo de aventura é uma modalidade de turismo no qual o viajante participa de maneira ativa no conhecimento do território visitado. Soma-se isso a prática de atividades esportivas que de certo modo são arriscadas. Segmentos do mercado turístico, a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre que envolvam emoções e riscos controlados exigindo uso de técnicas e equipamentos

específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros. (GIARETTA 2003 p.54)

É evidente que o ecoturismo depende da conservação das áreas naturais para a prática de suas atividades, um planejamento de forma sustentável que promova um turismo de baixo impacto ambiental. Goodwin (1996 FENNELL 2002, p. 46) afirma que:

O turismo na natureza, de baixo impacto, contribui para a manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda. (GOODWIN 1996).

Todavia, é salutar a importância de um bom planejamento para a promoção de atividades turísticas que possibilite o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental, mas também que atenda as necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. Para a Organização Mundial de Turismo (1983, pg.8), o:

Planejamento do Turismo, deve, por princípio, criar uma correspondência entre a produção dos bens e serviços e as possibilidades e necessidades socioeconômicas e naturais de um país, região ou comunidade; e que deverá, obrigatoriamente, estar integrado a um plano global de desenvolvimento de todas as atividades econômicas de uma nação.

Usualmente, as trilhas para ecoturismo passam por ambientes naturais frágeis ou carentes de proteção. Nota-se que o cuidado e a estruturação para receber os turistas deve caminhar em harmonia com a preparação do profissional de guiamento para o local a ser visitado.

4.2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Conforme definição das Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais (1994), o turismo é:

[...] considerado como um processo de interação entre os povos, que possibilita o conhecimento de diferentes

ambientes e culturas, fomenta a educação em seu sentido mais amplo e genérico, além de envolver inúmeros setores da economia, direta e indiretamente, criando inter-relação de componentes ambientes, culturais, econômicos e sociais, envolvendo as pessoas em suas expectativas [...]

Pode-se seguramente afirmar que essa pratica contribui com o crescimento econômico, geração de emprego e fluxo turístico de uma determinada região que desenvolvê-la.

Ainda, preleciona conceituando o turismo em áreas naturais como:

Um segmento que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercambio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos”.

4.3 INCENTIVO AO TURISMO

A Constituição Federal de 1988 faz menção ao Turismo em seu artigo 180, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social”. Portanto, cabe aos entes federados o papel de criar mecanismos de promoção, visando fiscalizar e diligenciar normativamente o exercício das atividades de turismo assegurando o cumprimento de seus objetivos com vistas ao desenvolvimento social e econômico.

Trigo (2001) lembra que somente nos últimos anos, os governos passaram a reconhecer o valor do turismo para suas economias e realizaram a

conexão entre a qualificação de recursos humanos e o incremento de produtividade e competitividade no setor.

Desse ponto, sabe-se que o fenômeno da municipalização do turismo é um processo recente no Brasil. O Programa Nacional de Municipalização Turística (PNMT) que cuida de desenvolver estas questões. Compreende ações básicas como a criação do Conselho Municipal do Turismo, Fundo Municipal do Turismo, Inventário das potencialidades turísticas, Plano Municipal de desenvolvimento do turismo e formação de Monitores locais (REBELO, 1999, p. 33).

Centrando-se na política de descentralização presente nas mais recentes ações do Ministério do Turismo – MTur, destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo que objetiva, como o texto do “Relatório Brasil” afirmar uma perspectiva de “expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, buscando, ao mesmo tempo, consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais” (MTUR, 2010).

A Lei 11.771 de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo apresenta em seu artigo 4º a previsão sobre a proposta descentralizadora, regionalizadora e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável do turismo:

Art. 4º A Política Nacional de Turismo é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor, e por diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo - PNT estabelecido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. A Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável.

De acordo com Eduardo Cardoso, Socrates Jacobo Guzman, in Guia de turismo: qualificação, legalização e penalização das infrações e irregularidade no exercício da profissão, “atualmente, o Ministério do Turismo (2010) desenvolveu uma série de ações (num total de nove) derivadas de programas diretamente relacionados com o Plano Nacional de Turismo previsto no artigo 6º

da Lei 11.771 de 2008 que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo. Essas nove ações têm as seguintes características:

1. Planejamento e Gestão: articula os diversos setores, públicos e privados, relacionados à atividade, no sentido de compartilhar e agilizar soluções, eliminar entraves burocráticos e facilitar a participação de todos os envolvidos no processo de crescimento do setor;
2. Informações e Estudos Turísticos: visa a estruturar os destinos na ótica da oferta e da demanda, avalia impactos socioeconômicos, culturais e ambientais da atividade e auxilia na tomada de decisões, criando condições para o fortalecimento da sustentabilidade do setor;
3. Logística de Transportes: implementa estratégias relativas à logística de transportes, por meio da integração dos diversos modais de condução no País, ampliando a oferta de vôos domésticos, com o objetivo de fortalecer empresas nacionais, além de ampliar a conectividade aérea internacional;
4. Regionalização do Turismo: define as regiões turísticas como estratégias na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. A oferta turística regional adquire maior significância e identidade pela qualidade e pela originalidade capaz de agregar valor ao produto turístico;
5. Fomento à Iniciativa Privada: atua em duas vertentes consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do setor: a promoção de investimentos nacionais e internacionais e o incentivo à oferta de instrumentos de crédito e financiamento;
6. Infraestrutura Pública: visa a desenvolver o turismo provendo os municípios de infraestrutura adequada para a expansão da atividade e a melhoria dos produtos e serviços ofertados;
7. Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos: visa a promover a qualidade dos produtos turísticos no Brasil, sistematizando o conjunto de normas e incentivando a certificação e a qualificação referentes à prestação de serviços e equipamentos turísticos;
8. Promoção e Apoio à Comercialização: objetiva fomentar o mercado interno e externo, promovendo um número maior de produtos de qualidade e fortalecendo o segmento. Além disso, visa a aumentar o fluxo de turistas no Brasil,

realizando intensa promoção nos grandes mercados emissores nacionais e internacionais;

9. Turismo Sustentável e Infância: Programa que objetiva sensibilizar os agentes que integram a cadeia produtiva do turismo no sentido de contribuir para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual no turismo.

Nesse passo, a formação profissional produz a concreção da meta de número 7 “ Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos ”. A formação profissional do Guia de Turismo através de cursos técnicos se insere nesse contexto. O guia de turismo é um dos principais atores na linha de frente do turismo.

Não é demais lembrar que o Guia – além de informar o turista sobre os atrativos – detém ainda outras funções voltadas para sustentabilidade local, sendo agente responsável pela valorização da cultura, respeitador da identidade e preservador do meio ambiente. Nessa linha, aponta-se a profissionalização da atividade de guia de turismo como uma necessidade, tendo também reflexo natural de um contexto mais global de mudanças nos desejos e demandas dos sujeitos envolvidos.

4.4 IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme predispõe o Artigo 1º da resolução nº 01 do Conama e define impacto ambiental como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas”. As trilhas ou caminhadas existentes, principalmente de longa distância, não recebem manutenção adequada e, uma grande parte sofre com o problema de erosão. Há pontos críticos com relação à segurança e com a falta de manejo das plantas que fazem as margens das trilhas. A falta de sinalização ou meios interpretativos resultam em novos atalhos. A carga excessiva exercida sobre a trilha é um dos fatores antrópicos que resultam em mais impactos e é fator determinante tanto para erosão quanto compactação ou alterações na fauna e flora.

4.5 ECOTURISMO

Ecoturismo ou **turismo ecológico** é o "segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações". A definição acima é dada pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo.

O conceito de ecoturismo é, muitas vezes, confundido com o de turismo sustentável, mas este último abrange o primeiro e é mais amplo, uma vez que o conceito de sustentabilidade pode ser aplicado em diferentes segmentos do turismo, mas para isso, Coutinho (2003, p.21) lembra que:

É necessário que a atividade seja praticada de forma racional, duradoura e que contribua para a melhoria da qualidade de vida de uma grande parte da população local. Deverá ainda visar à conservação do patrimônio natural e cultural e desenvolver atividades lucrativas que possam garantir sua manutenção a longo prazo .

É salutar caracterizar o ecoturismo como o contato ou a relação do homem com ambientes naturais através de atividades que promovam a vivência e o conhecimento da natureza. Prática esta que vai de encontro a educação, conservação e sustentabilidade deste meio.

O ecoturismo é um segmento turístico importante ao fazer contribuições positivas significativas para o bem-estar ambiental, social, cultural e econômico dos destinos e das comunidades locais ao redor do mundo. Através dele são oferecidos incentivos econômicos eficazes para a conservação e valorização da diversidade biológica e cultural e ajuda a proteger o patrimônio natural e cultural ao redor do mundo. Ele se prova também como uma ferramenta eficaz para capacitar as comunidades locais ao redor do mundo e alcançar um desenvolvimento sustentável. Além disso, o ecoturismo tem incentivado a aplicação de práticas sustentáveis aos demais segmentos da indústria do turismo. Hoje é o ramo da indústria do turismo que mais cresce. Enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce a taxas de 15 a

25% por ano. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), 10% dos turistas em todo o mundo buscam o turismo ecológico. O faturamento anual do ecoturismo, a nível mundial, é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões.

O ecoturismo surgiu como movimento ambiental global no final de 1970, uma resposta às preocupações com o desenvolvimento econômico, à degradação do meio ambiente e as questões sociais provocadas pelo turismo em massa. No Brasil, o conceito foi introduzido pelo Embratur que iniciou em 1985 o Projeto Turismo Ecológico. Dele surgiu, dois anos depois, a Comissão Técnica Nacional, a primeira iniciativa com intenção de regular o segmento. Na mesma década também surgiram os primeiros cursos para guias especializados. Com a “Rio 92”, este tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou o mercado brasileiro. Em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o turismo ecológico passou a ser conceituado e denominado como Ecoturismo. (Disponível em <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28936-o-que-e-ecoturismo/>. Acessado em 05/08/2015)

A participação da comunidade é de grande valor, pois, segundo a Embratur (1994), inserir a comunidade no planejamento é essencial, visto que eles são muito mais do que meros beneficiários desta atividade são, na verdade, atores importantíssimos no processo, portanto elementos que devem ser integrados ao desenvolvimento do ecoturismo desde seu estágio mais preliminar de planejamento até sua implementação e operação. Reimberg (2005) relata que, quando há um bom relacionamento entre empreendedores turístico e a comunidade, quem se beneficia são os visitantes, pois estes passam a manter um bom relacionamento com a comunidade, a qual já está sensibilizada com a atividade eco turística, criando assim, um ambiente agradável. Endres (1998, p. 48) destaca que:

[...] a participação da comunidade é de suma importância na medida em que se pode possibilitar um planejamento de dentro para fora, ou seja, desenvolver práticas que não agredam seus modos de vida, mas adequá-las a uma nova realidade, de forma satisfatória, com vistas a manter e proporcionar o seu bem-estar.

Dale (2005) leciona que “a inclusão da comunidade local na atividade eco turística traz benefício não só para quem visita, mas também para o visitado”. Isto porque o ecoturismo permite trazer ao ecoturista uma ampla visão daqueles objetos, territórios, ambientes e povos visitados. Já para os visitados um enriquecimento através da visão do mundo.

Sem a participação social das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, existe um grande risco de impacto social, econômico e cultural negativo, como explica Cernea (1991, apud BRANDON, 1999, p.23):

Muitos dados revelam que projetos que preveem a geração de benefícios econômicos, sem efetivamente encorajar a participação local na identificação, planejamento, implementação ou avaliação de atividades de desenvolvimento, estão menos aptos a propiciar benefícios para toda a comunidade.

A criação das diretrizes Ecoturísticas foi algo essencial para manutenção da biodiversidade, pois, segundo a Embratur (1994, p. 9), ela surgiu para organizar a atividade no setor turístico, que eram impulsionadas, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica que comprometiam o meio ambiente. O surgimento das diretrizes veio a ser um instrumento de apoio junto à Constituição Federal 1988 que afirma, no artigo 225, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações .

O surgimento das diretrizes do ecoturismo serve de suporte, principalmente, para as pessoas que desenvolvem um turismo voltado para natureza os quais utilizam à denominação de ecoturismo ou turismo sustentável. Ambos os termos possuem os mesmos objetivos que é promover um turismo sem interferências à natureza. De acordo com Swarbrooke (2000, p. 22), o turismo sustentável está intimamente ligado a três dimensões: o respeito com o ambiente, à igualdade social e à viabilidade econômica. As nove ações estratégicas que formam as diretrizes de ecoturismo no país, também, enfatizam estas dimensões que visam assegurar (EMBRATUR 1994, p. 10):

À comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios; • ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais; • à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos; • ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras .

Não há como negar que os objetivos das diretrizes eco turísticas são viáveis, principalmente, no país como Brasil que é detentor de uma beleza natural inigualável e tem uma territorialidade tão grande. No caso em tela, além da viabilidade é salutar evidenciar que é necessário quando fala-se em municípios balneários como Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

4.6 CAMINHADAS EM ÁREAS NATURAIS

A caminhada é uma modalidade esportiva não competitiva, e como uma atividade física do tipo aeróbica oferece ainda outras vantagens: melhora a qualidade do sono, faz bem para os pulmões e o coração, fortalece os músculos, ajuda a minimizar as tensões e o stress, além de auxiliar na perda de peso. Cada caminhante faz seu próprio tempo, e são permitidas todas as idades.

A prática de turismo de caminhada em áreas naturais proporciona lazer, conhecimento, saúde e cidadania para seus praticantes. Os circuitos são variados possibilitando a atração e o gosto de diferentes perfis de caminhantes. Além de conhecer paisagens novas, a fauna a flora, praias, montanhas, rios e cachoeiras, o prazer de se ouvir o barulho das matas proporcionam ao turista uma experiência diferente das rotinas urbanas do local da convivência habitual.

A caminhada é uma atividade ideal, pois não requer um grande condicionamento físico, sendo recomendada como lazer na busca por qualidade de vida; a prática gera benefícios para a saúde como: combate a osteoporose, melhora a circulação, deixa o pulmão mais eficiente, afasta a depressão, diminui

o risco de doenças cardiovasculares, mantém o peso em equilíbrio e aumenta a sensação de bem-estar, entre outros.

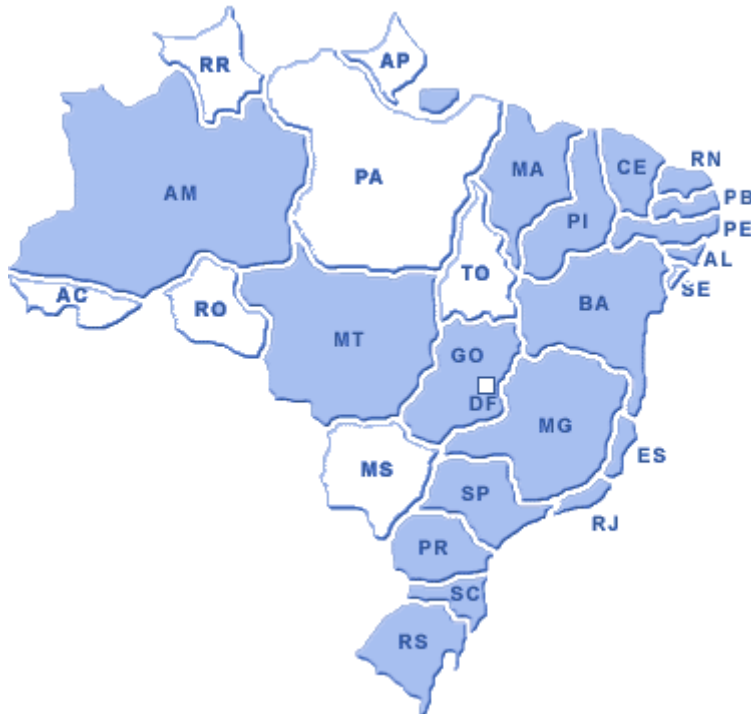
As caminhadas na natureza no Brasil são coordenadas pela ANDA BRASIL:

Razão Social: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CAMINHADAS, atividades esportivas não competitivas e inclusão social. Modalidade que envolve áreas naturais e rurais, com o objetivo de fomentar a região receptora e divulgar seus atrativos no Paraná. Tem o apoio da EMATER e Secretarias de Turismo do Estado do Paraná.

Fundação: 26 / 08 /2006. Sede: Estrada João Carvalho nº 2800 - Imbaú, distrito da cidade de Silva Jardim – RJ – CEP:28.820-000

Escritório Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 54 - sala 804 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-010

Estados com Circuitos credenciados:



Objetivos:

1. Difundir e Estimular a prática dos Esportes Populares no Brasil;
2. Coordenar as atividades esportivas nos circuitos credenciados;
3. Exercer o poder desportivo Nacional e Internacional;

4. Dirigir todas as modalidades desportivas não-competitivas e desenvolver as atividades do turismo, nos moldes regulamentados internacionalmente pelo IVV;
5. Promover, autorizar e fiscalizar a realização de Eventos, Torneios, Olimpíadas e Encontros desportivos nacionais e internacionais;
6. Cumprir e fazer cumprir os mandamentos originários dos organismos internacionais, assim como os atos legalmente expedidos pelas autoridades que integram os poderes públicos;
7. Expedir Códigos, Normas, Regulamentos, Regimentos, Avisos, Portarias, Circulares, Instruções ou outros atos necessários a organização, ao funcionamento e a disciplina dos Esportes Populares;
8. Julgar os responsáveis por inobservância da legislação disciplinar vigente;
9. Representar e defender, perante os poderes constituídos, os interesses legítimos dos desportos populares;
10. Representar o Esporte Popular em qualquer atividade internacional, com poderes para celebrar acordos, contratos e convênios.
11. Exercer os poderes atribuídos por lei, decretos, portarias e deliberações das autoridades federais.
12. Realizar e promover convênios de cooperação técnica com entidades públicas e privadas no mercado nacional.
13. Prestar todos os serviços necessários pertinentes ao desenvolvimento dos Esportes Populares e seus complementos, como por exemplo, o turismo.
14. Promover a integração do homem com a natureza, estimulando o desenvolvimento territorial sustentável.
15. Orientar a formatação dos Circuitos para prática dos Esportes Populares e organizar os grupos de esportistas Populares.

A missão da ANDA BRASIL é estar na vanguarda do desenvolvimento do Brasil Rural, usando como ferramenta os Esportes Populares, por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar, suas organizações e expressões de culturais, criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida e felicidade das pessoas, contribuindo com a soberania da terra, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil.

A visão é ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e

respeito ao meio ambiente. Dinamizar o turismo responsável, contribuir para o seu desenvolvimento e valorização do seu património social, cultural e ambiental. Estabelecer-se como uma referência em serviços e atividades desportivas não competitivas com qualidade de seus trabalhos voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Valores:

- Compromisso com o interesse público, a solidariedade, a ética e a transparência;
- Gestão democrática com participação social;
- Valorização e respeito às pessoas;
- Redução das desigualdades, de renda, de gênero, de raça, de etnia e de geração nas áreas rurais;
- Valorização das diversidades do Brasil Rural;
- Responsabilidade econômica, social e ambiental;
- Integração com parceiros públicos e privados;
- Valorização e qualificação dos recursos humanos e dos ambientes de trabalho;
- Busca permanente por eficiência e inovação;
- Ser criativo e competitivo

Informações e Dicas para as Caminhadas, de acordo com as normas internacionais do IVV, adotadas pela ANDA BRASIL.

- Horário determinado de início e de término - O evento deve ter um horário de início e término definidos, porém o caminhante é livre para permanecer no circuito e/ou nos equipamentos disponíveis, estando ciente de que a estrutura do evento possui um tempo de funcionamento limitado.
- Balizamento com sinalização temática, padrão internacional – O IVV dispõe de modelos de placas de sinalização, as quais devem ser fixadas em lugares visíveis e estratégicos durante o percurso. Em cruzamentos a sinalização faz-se fundamental.
- Trajeto viável para ser praticado por todos os públicos (crianças, idosos, portadores de deficiências) – O percurso deve ser acessível, em casos de trajetos severos deve-se informar o caminhante e viabilizar formas de apoio para pessoas com dificuldades de locomoção.

- Cada caminhante pode realizar a caminhada de acordo com sua capacidade física.
- Trajeto, preferencialmente circular, de aproximados 10km – Em casos de trajetos não circulares, recomenda-se que ao final do percurso seja disponibilizado um veículo para locomoção dos caminhantes ao ponto de início do circuito, evitando que o caminho de ida seja o mesmo utilizado na volta durante a caminhada, o que o torna repetitivo.
- Postos de controle a cada 2,5 km com serviços de fornecimento de água, complementação alimentar, comercialização de artesanato, agroindústria familiar e/ou manifestações culturais locais – Os postos de controle devem ser fixados em locais estratégicos, onde haja estrutura adequada para a permanência dos atendentes, os quais devem estar devidamente instruídos para fornecer informações sobre o circuito e características geográficas e culturais da região.
- Equipes de resgate e atendimento médico – A organização local deve disponibilizar equipes de resgate e atendimento médico para os caminhantes e equipe local. Este auxílio é imprescindível para garantir a segurança da atividade. Sugere-se que a equipe organizadora disponha de equipamentos para comunicação móvel.
- Numeração exclusiva de carimbo por caminhada (numeração fornecida pelo IVV) – ao final do circuito a carteirinha internacional deve ser carimbada com o carimbo exclusivo do circuito, o qual possui a numeração internacional fornecida pelo IVV.
- Caderneta de caminhante (Caderneta IVV) - A caderneta de caminhante internacional, padrão IVV, é entregue na 1ª primeira caminhada do participante e deve ser transportada pelo mesmo a cada circuito para que seja carimbada a cada caminhada. Ao ser preenchida, com 10 carimbos de circuitos diferentes, a caderneta deve ser encaminhada à ANDA BRASIL para o recebimento de 1 diploma oficial ANDABRASIL, 1 pin, 1 caderneta nova e 1 bordado da ANDABRASIL - IVV.
- Carimbos de confirmação de passagem nos postos de controle – A organização local deve providenciar uma pequena caderneta do circuito, a qual será carimbada a cada posto de controle. Lembrando que estes carimbos também são de responsabilidade da organização local e diferenciados do carimbo oficial do circuito (padrão IVV).
- Plano de premiação ao final de cada caminhada - Sugere-se que ao final de cada caminhada seja realizada uma premiação aos participantes, como o caminhante mais jovem, mais idoso, maior grupo, entre outros. Este plano é

apenas uma sugestão, uma forma de incentivar os caminhantes, e não um pré-requisito obrigatório.

- Plano de estímulos para que caminhantes estejam sempre presentes em outras Caminhadas – A organização local e regional podem elaborar planos de estímulos para os caminhantes, o qual consiste em entrega de brindes, gratificações, diplomas e realização de divulgação integrada entre os circuitos, possibilitando que o caminhante tenha acesso às informações das caminhadas da região.
- Divulgação internacional – todos os circuitos devem estar cadastrados no site da ANDA BRASIL, possibilitando a promoção internacional das caminhadas.



A nível internacional, a organização está vinculada com o IVV – Internationaler Volkssportverband - Federação Internacional de Esportes Populares.

FONTE: ([www. andabrasil.com.br](http://www.andabrasil.com.br) – acesso: 10/11/2015 – 17:45 hs.)

No Paraná os projetos de caminhadas na natureza são coordenados pela SEAB- EMATER e organizadas por municípios e ONGs. No litoral paranaense já vem sendo realizadas Caminhadas na Natureza. Os circuitos de caminhadas do Litoral do Paraná são seis (6), todavia o alvo de abordagem deste estudo é de apenas dois : Circuito Rio da Onça e Circuito Serra do Prata, que serão descritos abaixo :

1. CIRCUITO RIO DA ONÇA - MATINHOS



Responsável: Projeto de Extensão Construindo Alternativas de Turismo Extratemporaneo

E-mail: caminhadanatureza.litoral@hotmail.com. Tel: 3971-6014

Distância: 10.000 Metros. Duração: 120 minutos

Condição do terreno: Percurso com piso regular

Esforço físico: Pouco esforço

Orientação do percurso: Caminho ou sinalização que indica a continuidade

Código ANDA/IVV: 1148

Neste ano aconteceu a 3ª Edição do Circuito com data em 11/04/2015

Ponto de Encontro: A saída foi em frente ao SESC Caiobá, Rua Dr. José Pinto Rebelo Jr, esquina com a Avenida Atlântica

Lembrando que é importante se alongar antes e depois da caminhada, beber bastante água para se hidratar, não comer muito, manter uma postura adequada, usar tênis e roupas leves, para todas os circuitos.

Local - Em frente ao SESC Caiobá - Rua Dr. José Pinto Rebelo Jr, esquina com a Avenida Atlântica.

Café Rural - Café Caiçara do Guaraguaçu, o café é cobrado pela quantidade do produto que cada caminhante consumir, são vendido avulsos pedaços de tortas e bolos com vários valores.

4 6.1 RIO DA ONÇA – DESCRIÇÃO DO CIRCUITO

Caminhada na Natureza Circuito Rio da Onça - As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela internet no site ECOBOOKING.COM.BR ou no local do evento. A saída é feita em frente ao SESC – Caiobá (R. Dr. José Pinto Rebelo Jr, esquina com a Avenida Atlântica – Matinhos –PR). O percurso de 10 quilômetros passa por vários atrativos turísticos de Matinhos, unindo a beleza das praias, reserva natural, patrimônio histórico e centro urbano, em trechos de dificuldade leve. Cada caminhante faz seu tempo podendo ser praticada por

todas as idades. A caminhada é uma modalidade não competitiva, como uma atividade física do tipo aeróbica oferece ainda outras vantagens: melhora a qualidade do sono, faz bem para os pulmões e o coração, fortalece os músculos, ajuda a minimizar as tensões e o estresse, além de auxiliar na perda de peso. Esse evento foi criado para proporcionar ao caminhante a experiência de percorrer um trajeto onde a vida urbana e a natureza se confundem. Os caminhantes devem usar protetor solar, repelente, roupas leves, calçado fechado. Esta caminhada é organizada pelo projeto de extensão Construindo Alternativas de Turismo Extratemporâneo – UFPR Setor Litoral, curso de Gestão de Turismo, em parceria com o SESC-CAIOBÁ e Secretaria de Turismo Desenvolvimento Econômico de Matinhos. Neste ano de 2015, a caminhada foi realizada no dia 11 de abril iniciando às 08:00 hrs. (Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/caminhada-na-natureza-circuito-rio-da-onca-2015/>. Acessado em 12/08/2015)

O circuito RIO DA ONÇA de caminhada na natureza é organizado pelo projeto de extensão Construindo Alternativas de Turismo Extratemporaneo – UFPR LITORAL em parceria com Anda Paraná, a Sec. De Turismo e Desenvolvimento Econômico de Matinhos, IAP, Sanepar e SESC- Caiobá. (Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/caminhada-na-natureza-circuito-rio-da-onca-2015/>)

A caminhada do Rio da Onça passa pelo Parque Florestal do Rio da Onça que foi criado pelo Decreto Estadual n.º 3825 de 04 de junho de 1981, com uma área total de 1660 hectares, com objetivo de proteger a flora e a fauna local. Área que atualmente encontra-se o parque abrigou o depósito de lixo do município por vários anos. O Parque foi implantado somente em 1998, baseando-se em uma proposta de Plano de Manejo.

O governo do Estado do Paraná revitalizou o parque em Dezembro de 2011 e agora possui toda a infraestrutura necessária para prestar um bom atendimento aos turistas, sendo dotado de portais, pontes suspensas, trilhas interpretativas, centro de visitantes e mirante para 50 pessoas e entre outros equipamentos.

Localizado entre os balneários Riviera e Praia Grande a 600 metros da praia e próximo à região central de Matinhos, o parque possui toda a infraestrutura necessária para prestar atendimento aos turistas, uma equipe de

guias e monitores que se disponibilizam para acompanhar os turistas nas trilhas, contar o histórico do parque e distribuir materiais de educação ambiental e também assistem a um vídeo educativo antes da iniciação das caminhadas.

Antes de existir o parque, ainda quando havia poucos moradores na região, onças desciam até a beirada do rio para beber água. As pessoas chamavam o rio de “Rio da Onça”, daí a origem do nome do parque. Não existem mais onças na área do parque em razão do crescimento da população, mas ainda existe o rio e ele se encontra dentro do parque.

O parque só permite a prática do Ecoturismo, ou seja, a prática de caminhadas e o número de visitantes são controlados e monitorados para minimizar os impactos ambientais, uma vez que a área é de preservação ambiental. Possui toda a infraestrutura necessária para dar atendimento aos turistas, tais como: recepção de informações, sanitários, auditório com capacidade para 50 pessoas, trilhas sinalizadas, condutor de trilhas e fornecem informações educativas (vídeo e folhetos sobre a fauna e a flora) aos turistas.

Os dias e horários de funcionamento do parque para visita são de terça-feira a domingo e feriados, das 08:00hs às 11h30hs e das 13h30hs às 17 hs. O agendamento para grupos (de até 15 pessoas) é feito pelo telefone (41) 3453-2472.

Segundo informações da Agência de Notícias do Paraná, depois da revitalização o parque passou a receber mais visitantes e segundo o pronunciamento do ex-presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Rasca Rodrigues a uma matéria publicada no portal Notícias do Paraná, somente na primeira quinzena de janeiro, o parque foi visitado por mais de 590 visitantes, o que representa um aumento de quase 100% da média mensal durante o ano, que é de aproximadamente 300 visitantes, informou.

O segmento turístico promovido dentro do Parque Estadual Rio da Onça é o Ecoturismo, modalidade de turismo que permite aos visitantes de contemplar a natureza e ter a oportunidade de conhecer algumas espécies de animais, como o Tatu Bola, Quati, e várias espécies de pássaros. E a flora típica da região como: bromélias, orquídeas e a caxeta, árvore utilizada na produção do lápis.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matinhos e Agência de Notícias do Paraná.

Imagem ilustrativa da área do Parque Estadual Rio da Onça:



No centro de visitantes ocorrem palestras e cursos oferecidos à comunidade, porém não há nenhum tipo de palestra aos turistas que visitam o parque. Somente quando há visita agendada, se solicitado com antecedência, o parque disponibiliza uma palestra introdutória antes do grupo iniciar as trilhas. Os cursos de capacitação ofertados pelo IAP são realizados apenas pela gerente do Parque.

Partindo do centro de visitantes, são 1567m de percurso, dividido em cinco trilhas. As trilhas são sinalizadas, equipadas com pontes suspensas, locais para descanso, bem como mobiliário (bancos, e lixeiras) para melhor atender o visitante. O percurso inicia na Trilha Grande, que liga o Centro de Visitantes à Trilha Simione, possui 237m. A trilha Simione tem 280m de comprimento e liga a Trilha Grande com a Trilha do Barro, passando pela saída da Trilha do Grinho. Em seu percurso, o visitante irá passar por três pontes suspensas: Ponte do Lagarto, Ponte da Capivara, que passa sobre o Rio Tiririca Seco, e a Ponte Saracura (IAP, 1998). A Trilha do Barro, com 450m, liga a Trilha Simione à Trilha Temática.

Em seu percurso há a Ponte do Quati, uma ponte suspensa que transpõe o Rio Preto. A Trilha Temática, com 180m de extensão, liga a Trilha do Barro à Trilha do Grinho. Nela localiza-se o Mirante das Bromélias, uma armação suspensa que permite ao visitante observar as diversas variedades de bromélias existentes no Parque desde as rasteiras, às que se localizam na copa das árvores. Além do mirante, há uma Ponte chamada Setenta que transpõe o Rio Preto (IAP, 1998). A última trilha é a do Grinho, com 420m, liga a Trilha Temática

à Trilha Simione, que retorna ao Centro de Visitantes. As visitas são auto-guiadas, porém há uma equipe de voluntários que auxiliam no monitoramento das trilhas, quando as mesmas são agendadas com antecedência (IAP, 1998).

Toda a infra-estrutura construída no Parque, como as trilhas, centro de visitantes, pontes, entre outros, foram realizados utilizando-se de áreas onde já havia alteração ambiental antes da criação do mesmo, para evitar novos impactos negativos. Embora as áreas utilizadas atualmente sejam locais onde já havia alterações ambientais anteriores, as ações de manejo realizadas no Parque são determinadas pela gerente, contudo, não segue nenhum documento orientador para tal fim. Também não há nenhum plano de mínimo impacto para abertura de novas trilhas. No ano de 2007, a Trilha Grande teve seu percurso alterado, sendo fechado o trecho que era acessado pela entrada do parque e foi aberta uma nova trilha que inicia no Centro de Visitantes. A justificativa para tal alteração foi a de obter maior controle da entrada dos visitantes no parque, mas não foi realizado nenhum estudo para a abertura desta nova trilha.

4.6.2 CAMINHADA NA NATUREZA – CIRCUITO SERRA DO PRATA – DESCRIÇÃO DO CIRCUITO

O circuito passa pelo Parque Nacional Saint Hilaire Langua Criado em 23 de maio de 2001 por meio da Lei nº 10.227, o Parque está localizado no litoral do Paraná a apenas 100 km da capital do Estado, Curitiba, e a 40 km da cidade portuária de Paranaguá. Situa-se na porção sul da Serra do Mar paranaense, fazendo divisa com a baía de Guaratuba, com a planície litorânea e com o vale do rio Cubatãozinho, abrangendo regiões que variam de 10 metros sobre o nível do mar até as montanhas do maciço Serra da Prata, com altitudes superiores a 1.400 metros.

Inserido na área-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e na Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba, protege um dos trechos mais bem conservados de Mata Atlântica no país. Constitui ainda, pela sua posição geográfica e importância ecológica, um elo fundamental na composição do Mosaico dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos do Litoral Sul de São Paulo e do Litoral do Paraná (Portaria MMA nº 150/2006) – forma de gestão integrada

que visa compatibilizar a gestão da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável em um contexto regionalizado. O nome do Parque é uma homenagem ao naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu parte do Brasil na década de 1820, e ao biólogo e ambientalista paranaense Roberto Ribas Lange, falecido em 1993.

A região da Serra da Prata representa um dos últimos refúgios naturais da região, favorecendo a sobrevivência de espécies altamente especializadas, resultando em um alto grau de endemismo e abrigando diversas espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção. A vegetação é composta pela Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) que é responsável pela manutenção do microclima da região, regulando o regime hídrico dos cursos d'água e garantindo a qualidade dos mananciais que abastecem o litoral do Paraná. As companhias de abastecimento de água operantes na região captam cerca de 800 litros de água por segundo em mananciais originados no PARNA de Saint-Hilaire/Lange, garantindo o abastecimento dos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá. A cobertura vegetal também previne contra a ocorrência de deslizamentos nas encostas, reduz a erosão e o assoreamento dos rios e das baías do litoral. Deve-se destacar ainda, os valores histórico-culturais da região que, aliados à biodiversidade e à belíssima paisagem montanhosa, resultam em alto potencial turístico, uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo.

No PARNA de Saint-Hilaire/Lange estão representadas diversas unidades tipológicas da Floresta Atlântica: Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Altomontana, além dos Refúgios Vegetacionais (Campos de Altitude) e da vegetação secundária encontrada principalmente em regiões de baixa altitude onde as alterações promovidas pelas atividades humanas foram mais frequentes. São encontradas diversas espécies ameaçadas de extinção tais como Palmito Jussara (*Euterpe edulis*), Canela-preta (*Ocotea catharinensis*), Canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), Guassatunga (*Casearia paranaensis*), Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Guamirim (*Myrcia tenuivenosa*), além de um grande número de epífitas, com destaque para bromélias e orquídeas. Entre os representantes da fauna, merece destaque o pequeno anfíbio *Brachycephalus*

izecksohni, espécie de anuro que mede cerca de 1,2 centímetros e é endêmica da Serra da Prata. Também encontram refúgio no Parque Nacional: Jaguaritica (*Leopardus pardalis*), Lontra (*Lontra longicaudis*), Veado-Mateiro (*Mazama* sp.), Jacutinga (*Aburria jacutinga*), Tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), Saíra-sete-cores (*Tangara seledon*), entre outros.

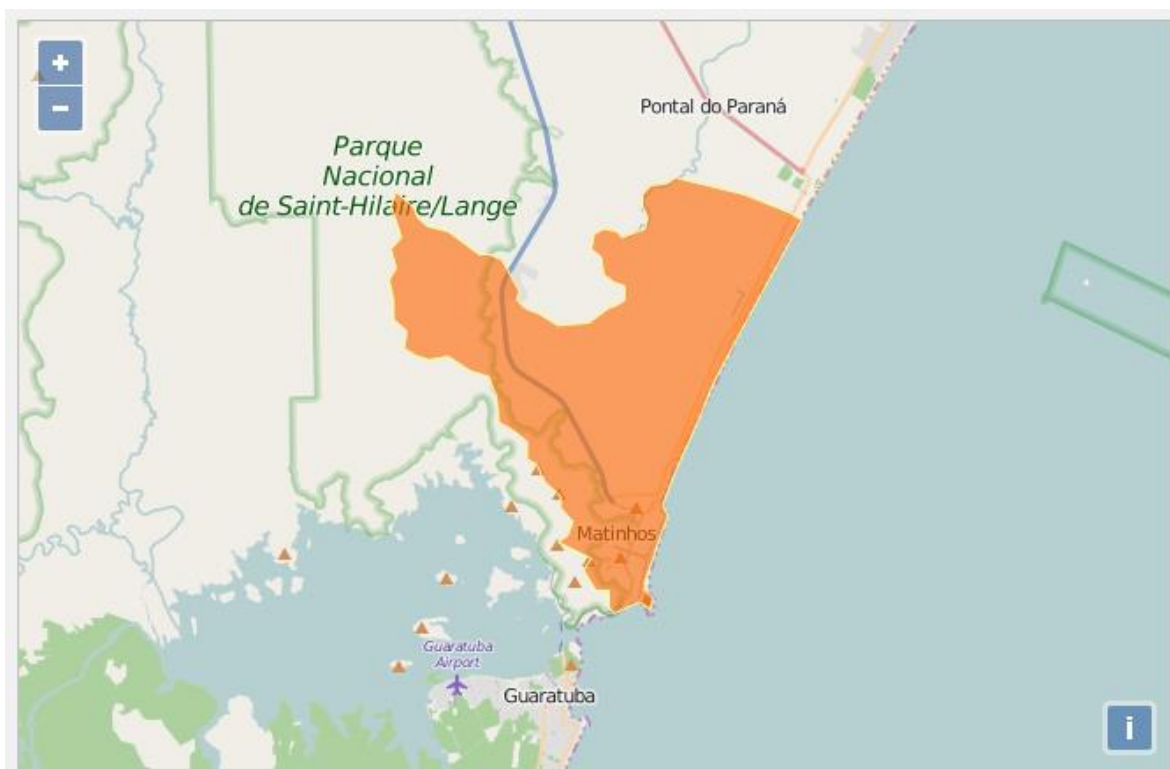
A sede administrativa está localizada em Matinhos, à Rua das Palmeiras, nº 170 – Balneário Caiobá – próximo ao campus litoral da Universidade Federal do Paraná.

O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange foi a primeira Unidade de Conservação (UC) do país a ser criada por Lei. Mesmo tendo sido criado há pouco tempo, não possui Plano de Manejo e era administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Atualmente fica a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010).

Mapa do Parque Nacional de Saint-Hilaire Lange (Região de Guaratuba e Matinhos), conforme Anexo B, C e D.



Região: Sul - Estado: Paraná
Município: Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá
Bioma: Floresta Atlântica
Área: 24.500 ha
Criação: Lei 10.227 (23/05/2001)



Fonte: IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=411570>)

População	29.428 hab.
Área	117,743 km ²
Bioma	Mata Atlântica

5. GUIA DE TURISMO

O Guia de Turismo, conforme ensina Brambatti (2011), tem em sua premissa maior informar o turista sobre os atrativos da região em que atua. O contato deste agente ainda detém outras funções voltadas para sustentabilidade local, sendo responsável pela valorização da cultura, respeitador da identidade e preservador do meio ambiente. Nessa linha, aponta-se a profissionalização da atividade de guia de turismo como uma necessidade, tendo também reflexo natural de um contexto mais global de mudanças nos desejos e demandas dos sujeitos envolvidos. Assim, analisa-se a profissão 'Guia de Turismo' em seus conceitos, classificação e requisitos para exercer a profissão, além das infrações relacionadas ao serviço de guiamento, e as penalidades aplicadas aos infratores.

Como preleciona Mamede (2003), o guia de turismo é um profissional que, dentre qualidades e atribuições, é quem representa uma agência ou

operadora. É um profissional polivalente que participa da parte final do longo processo pelo qual passa o produto turístico (HINTZE, 2007) e é não apenas um acompanhante ou orientador (CHIMENTI & TAVARES, 2007). Estes ensinamentos justificam a importância da qualificação e formação desse profissional.

De início, é preciso definir quem é o profissional 'guia de turismo'. No Brasil, inicialmente, era uma profissão delegada a moradores de uma determinada região com conhecimentos específicos do local (CRISÓSTOMO, 2004). Assim como o autor Hintze, Trigo (1999) orienta que o guia de turismo é um profissional polivalente que participa da execução do processo pelo qual passa o produto turístico. Em complemento, Souza & Corrêa (2000, p.75) definem o guia de turismo como "o profissional apto a prestar informações sobre o local visitado e assessorar o turista quando necessário". O guia de turismo é ainda partícipe de um processo complexo que "tem por meta encaminhar e orientar as pessoas e tem obrigações, uma vez que o turismo, nos dias de hoje, buscando a obtenção de qualidade, determina as ações." (CANANI, 1999, p.96). O profissional deve demonstrar toda sua capacidade, criatividade e responsabilidade que cabem a todos os processos envolvidos em sua atuação.

Picazo citado por Chimenti e Tavares (2007, p. 19) bem aponta sobre a conceituação de Guia de Turismo,

O guia, na realidade, é muito mais do que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor, a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida as pedras milenares, de um acompanhante que consegue que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um arranha-céu hoteleiro ou de uma cabana africana..

Na relação com os passageiros, o guia de turismo precisa abster-se de preferências e deve atender a todos igualmente sem qualquer tipo de prioridades ou preconceitos. Em meio a diversas definições sobre o profissional guia de turismo, vale destacar que, a profissão de guia de turismo é a única que possui reconhecimento e regulamentação da Embratur. (Lei 8.623 de 28 de janeiro de 1993 que define a profissão Guia de Turismo). Isso significa que para atuar nessa profissão é necessário possuir formação específica e o cadastro no

Instituto Brasileiro de Turismo. Sendo assim, de acordo com a Embratur, decreto n.º 946, de 1/10/1993, é considerado guia de turismo o profissional que, devidamente cadastrado na Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), [...] exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

A lei 8.623 de 1993 descreve em seu artigo 2º as principais atribuições dos guias de Turismo: Constituem atribuições do Guia de Turismo: a) acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional; b) acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil; c) promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; d) ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal; e) ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo; f) portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pela Embratur.

Tanto o Guia de Turismo como o Condutor Ecológico são profissionais indispensáveis nos guiamentos nas atividades do Ecoturismo, pois eles são elementos fundamentais para minimizar os impactos negativos da visitação em áreas naturais e capazes de estreitarem o contato consciente do turista com a natureza de forma educativa através de modo formal ou informal. Para a ABETA (**Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura**), estes profissionais são o “elo entre o turista e o patrimônio natural e cultural da região”, ou seja, são estes profissionais que contribuem para/com o desenvolvimento do turismo de forma sustentável por meio deste segmento turístico.

No entanto, é importante destacar que existe uma diferença entre esses dois profissionais do Ecoturismo. Os Guias de Turismo em Áreas Naturais são profissionais que, para atuar na área de turismo devem estar devidamente

cadastrados na Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), de acordo com a Lei nº 8.623/1993 podendo exercer, “atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas a atrativos naturais, desde que tenham formação profissional específica”. MTur (Ministério do Turismo).

Assim, o serviço de guiamento existe em função da necessidade de um profissional apto a apresentar uma região ou localidade em seus atrativos. Vale dizer que os atrativos ou atrações podem ser associados como sinônimos de recursos, embasando-se em Barretto (2001) que conceitua recurso turístico como sendo “a matéria-prima com a qual se pode planejar o turismo num determinado local”, a exemplo de praias, montanhas, cataratas, entre outros atrativos.

Já os condutores ou chamados de monitores, em geral, residem na região visitada ou próxima do local visitado e podem ser habilitados para acompanhar os visitantes dentro das unidades de conservação, mas, não sendo credenciados pela Embratur. Ainda não há legislação específica no país para regulamentar a atuação destes profissionais. (Site do Ministério do Meio Ambiente : <http://www.mma.gov.br/> . Acesso em 05/08/2015.)

A função do Condutor Ambiental Local é semelhante à função do Guia de Turismo, e por esta razão, algumas pessoas erroneamente confundem estes profissionais por trabalharem em torno do mesmo tema. Contudo, o Condutor Ambiental Local tem em suas funções um papel diferente para atuar na sua profissão. A nível federal, pela Instrução Normativa 08/2008 do ICMBio, considera os condutores ambientais locais sendo reconhecidos como:

[...] condutor de visitantes a pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação [...]

Ainda de acordo com a Instrução Normativa, descreve o perfil do condutor ambiental local como sendo:

[...] um profissional da área do turismo e auxiliador da sensibilização e conservação ambiental, capaz de conduzir visitantes em diversos

atrativos (sítios) turísticos naturais de sua localidade de ação – protegidos ou não. Contudo, dentro das Unidades de Conservação da Natureza, os condutores devem ser cadastrados e receberem autorizações dos órgãos gestores para atuação no local. Ressalta-se que, para o seu reconhecimento, os condutores normalmente realizam cursos de capacitação profissional, oficinas ou processos de certificação de saberes, os quais avaliam ou promovem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes inerentes à função que executam [...].

O condutor é aquele que faz parte do local onde ele atua, ou seja, tem a capacidade de apresentar aos turistas seus conhecimentos vivenciais sobre a história, cultura, a flora e a fauna da sua região, pois faz parte da comunidade. Já os condutores ambientais denominados “mateiros”, podem ser ex-caçadores, ou pescadores, extrativistas.

O condutor pode ser considerado também como um atrativo turístico, um conhecedor profundo dos saberes culturais locais e também um promotor da sensibilização ecológica e cultural dos visitantes, utilizando-se por meio da educação não formal. Sua área específica de atuação se restringe apenas nos atrativos turísticos naturais, como por exemplo, em um ecossistema local ou numa Unidade de Conservação.

Esse profissional é essencial para a condução de pessoas em ambientes naturais protegidos ou em áreas de interesse paisagístico. Além disso, ele auxilia os órgãos culturais ambientais no monitoramento das áreas em que ele atua, sendo esta ação uma de suas contrapartidas às áreas públicas das quais retira o seu sustento.

O condutor de trilhas atua num âmbito multidisciplinar necessitando um processo contínuo de capacitação e reciclagem. Além dos conceitos básicos da atividade como orientação e condução de grupos, os condutores podem abranger outras áreas do conhecimento como biologia (fauna e flora), geologia e geomorfologia, história natural e de ocupação da região ou técnicas como primeiros socorros e resgate e interpretação ambiental.

O condutor é a pessoa que orienta os visitantes em todo o percurso, precisa estar preparado para imprevistos e seguro de tudo o que está fazendo, e procurar o órgão máximo para se adequar às normas e regulamentos existentes tanto na área do turismo quanto na área esportiva.

6. TRILHAS

As trilhas constituem um elemento cultural presente nas sociedades humanas desde os tempos remotos e serviram, durante muito tempo, como via de comunicação entre os diversos lugares habitados ou visitados pelo homem, suprimindo a necessidade de deslocamento, reconhecimento de novos territórios e busca por alimento e água (CARVALHO & BÓÇON 2004, MACIEL et al. 2011). Com as mudanças socioculturais, as trilhas passaram a ser utilizadas para outras finalidades, tais como viagens comerciais e peregrinações religiosas (CARVALHO & BÓÇON 2004). Na atualidade, as trilhas têm sido utilizadas como via de condução a ambientes naturais, para contemplação da natureza, prática de esportes radicais, recreação e ecoturismo, além de ainda serem utilizadas como via de acesso e comunicação entre grupos em áreas não urbanas (COSTA et al. 2008, GUALTIERI-PINTO et al. 2008).

Nesse sentido, as trilhas deixaram de ser um simples meio de deslocamento para se tornarem um novo meio de contato com a natureza. Isso se justifica pelo fato de que as trilhas possibilitam o contato do homem com os ambientes naturais, sendo uma alternativa para mostrar a importância dos ambientes bióticos e abióticos por meio da Educação Ambiental (COSTA 2006a).

O uso de trilhas vem aumentando nas últimas décadas, principalmente em áreas de proteção ambiental, conforme verificado por Balmford et al. (2009), que registraram incremento do número de visitantes em áreas de proteção ambiental em 15 dos 20 países avaliados. A frequência de uso das trilhas, bem como o regime de manutenção dessas e a vulnerabilidade da vegetação, são fatores determinantes da intensidade do seu impacto sobre a vegetação (COLE 1978, ROOVERS et al. 2004).

A implantação e uso de trilhas gera modificações no seu ambiente de ocorrência e áreas adjacentes, como aumento da compactação e erosão do solo, perda de cobertura vegetal, alterações na composição, diversidade e estrutura das comunidades vegetais e, ainda, perturbações à fauna (LIDDLE 1975, COLE 1978, KUSS 1986, BOUCHER et al. 1991, FONSECA FILHO et al. 2011). Nesse sentido, as trilhas podem ser consideradas um paradoxo à conservação e restauração dos ambientes naturais. Se por um lado representam uma

ferramenta a favor da conservação e restauração por permitirem o contato do homem com a natureza e a conscientização da necessidade de conservar, também constituem uma fonte de distúrbio a esses ambientes (EISENLOHR et al. 2009, 2011). O futuro tanto da conservação quanto da restauração dos ecossistemas depende não somente da proteção humana, mas também da relação das pessoas que habitam ou compartilham esses ambientes (JORDAN III 2003), o que se dará fisicamente por meio do acesso por trilhas.

Diante destas informações dos autores supracitados, nota-se que a boa condução de grupos e praticas de manejos em trilhas, protegem o meio ambiente, preservam as características do ecossistema e da comunidade local.

A caminhada incorpora um novo sentido e recebe um grande número de adeptos, que utilizam o meio natural como fonte de satisfação colocando-nos como responsáveis pela manutenção e recuperação dos locais de prática, pois se tratam de locais com grande biodiversidade as quais devemos preservar.

O Ministério do Turismo tendo como órgão executor o IH - Instituto de Hospitalidade desenvolveu 19 normas técnicas para diversas modalidades do Turismo de Aventura que estão disponíveis na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O condutor se encontra em uma posição privilegiada para sensibilizar e motivar a organização da comunidade no desenvolvimento do ecoturismo atuando como um agente orientador de melhores práticas em serviços e preservação ambiental.

Devido a caracterização, as trilhas podem ser classificadas em alguns aspectos: função, forma ou traçado e grau de dificuldade.

Quanto à função: as trilhas são utilizadas em serviços administrativos – normalmente por guardas ou vigias, em atividades de patrulhamento (a pé ou a cavalo) – ou pelo público visitante, em atividades educativas e/ou recreativas.

Ainda em quanto a função podemos dividi-las em trilhas de curta e média e longa distância e trilhas selvagens.

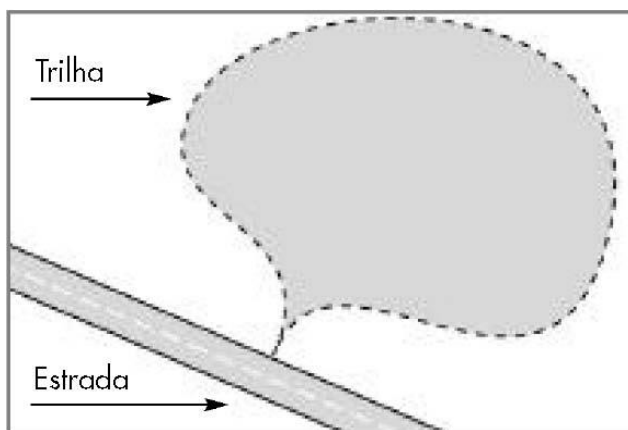
Trilhas de curta e média distância apresentam caráter recreativo e educativo, com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância valorizam a experiência do visitante que busca deslocar-se por espaços mais longos ou selvagem, praticando ou não de forma esportiva fazendo a travessia de uma região ou a subida de uma montanha.

Lembra-se que a interpretação ambiental deve ocorrer nos dois tipos acima citados, mudando-se apenas os meios.

Quanto a forma ou traçado: as trilhas encorajam o visitante a percorrê-las por serem reconhecidas como caminho já estipulados para um determinado objetivo, minimizando o dispêndio de energia e impactos. Para tanto, devem manter uma regularidade e continuidade de seu trajeto, porém sem monotonia, evitando ainda mudanças bruscas de direção e sinalização.

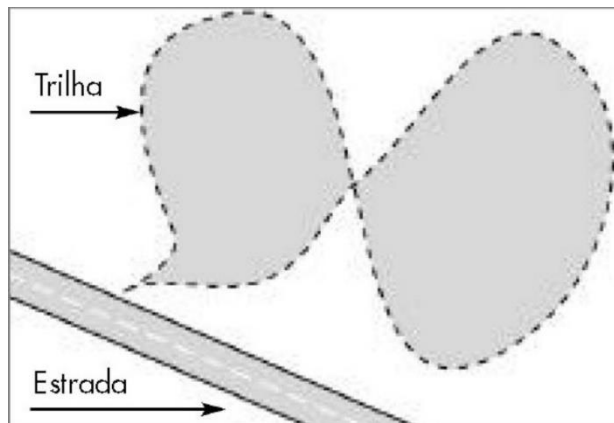
A forma de uma trilha depende também do acesso e do tipo de uso e capacidade que ela suportará (apenas caminhada, passeio a cavalo, bicicleta, grupos escolares, etc.).

A Trilha Circular oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no retorno. Pode-se também definir um sentido único de uso da trilha, o que permite que o visitante faça o percurso sem passar por outros visitantes no sentido contrário.



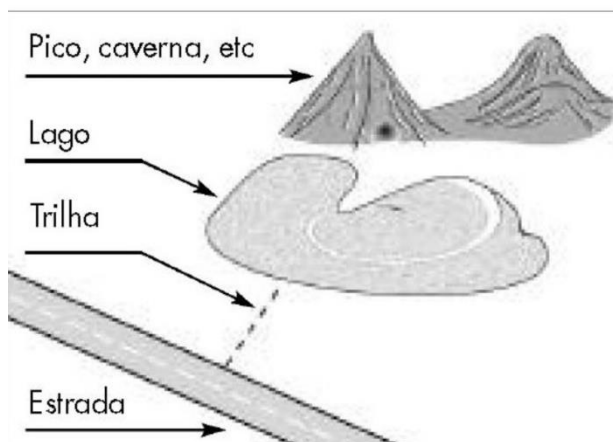
Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

A Trilha em Oito são muito eficientes em áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso desses espaços.



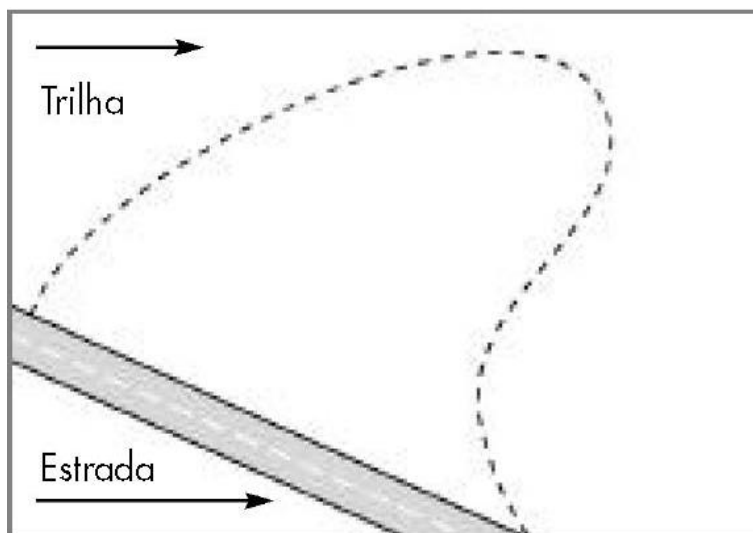
Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

A trilha Linear é o formato de trilha mais simples e comum. Geralmente seu objetivo é conectar o caminho principal a outro destino como lagos, clareiras, cavernas, picos etc. Apresenta as desvantagens do caminho de volta ser igual ao de ida e a possibilidade de passar por outros visitantes no sentido contrário.



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

A Trilha em Atalho tem início e fim em diferentes pontos de uma trilha ou caminho principal. Apesar do nome, o objetivo na trilha em atalho não é “cortar caminho”, mas sim mostrar uma área alternativa à trilha ou caminho principal.



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

Quanto ao grau de dificuldade, são classificadas para orientar o visitante quanto às exigências físicas e psicológicas que lhe serão requeridas. Essa classificação é elaborada a partir dos aspectos de intensidade da trilha e nível técnico dos visitantes ao longo do trajeto, podendo variar durante o percurso levando em consideração a extensão dos trechos, inclinação do terreno, qualidade da trilha e obstáculos. São três níveis de dificuldade:

Difícil: Trilhas com declividade acima de 20%; Com mais de 10 obstáculos a cada 500 metros; Com subidas em morros altos; Trechos muito longos; Requer alguma habilidade na caminhada; Requer bom condicionamento físico.

Médio: Trilhas com declividade entre 12% e 20%; Com obstáculos que variam de cinco a nove por cada 500 metros; Com subidas em morros de porte médio; Caminhadas curtas em mata nativa; Não requer habilidades.

Fácil: Com declividade inferior a 12%; Com quatro obstáculos no máximo a cada 500 metros; Com pouco esforço físico.

Também existe distinção entre a classificação de graus de dificuldade para as trilhas guiadas (com condutor) e auto guiadas (o praticante tem informações necessárias para realizar o percurso sozinho).

Outro termo presente nas descrições de algumas das trilhas é a *escalaminhada*, que é a combinação de escalada com caminhada, usando mais de dois pontos de apoio para subir algum trecho da trilha.

A Sinalização de trilhas visa a segurança do excursionista e dos recursos da área. Isto é especialmente importante em trilhas longas, que geralmente não recebem sinalização interpretativa (placas) ou mesmo estaqueamento. A sinalização deve ser sistemática e compreensível.

A marcação com tinta é utilizada para demarcar a trilha, colocada estrategicamente numa árvore ou pedra. Deve-se definir a forma e cor padrão para a trilha. As melhores cores são o azul, vermelho, amarelo, branco e laranja. É interessante adotar as cores primárias para a trilha principal e uma cor secundária para as trilhas secundárias. Os pontos a serem marcados são troncos de árvores ou pedras. Quando o traçado da trilha sofrer alterações, as marcações antigas devem ser eliminadas, para não confundir os excursionistas.

As placas devem ser dispostas ao longo da trilha, e informar sobre o nome da trilha, a direção, os pontos importantes, a distância, o destino etc. Podem ser confeccionadas em pedra, metal ou madeira. Esta última é a mais popular e atrativa e, se devidamente afixada, dificilmente será levada como souvenir por visitantes que desrespeitam o local. Na escolha do tipo de madeira deve ser levado em conta a durabilidade, facilidade de ser trabalhada, disponibilidade e custo. Uma placa de madeira de boa qualidade não possui nós e não empena. As dimensões das placas são variáveis. As placas do início da trilha, por conterem mais informações, tais como mapas e orientações gerais, devem ser maiores. Forma, cor e tipo de letra devem ser padronizados. Para a instalação, utiliza-se poste de madeira tratada ou totem (pilhas de pedra). Não se devem fixar placas diretamente em tronco de árvores com o uso de pregos.

Os montes de pedras (Totem) são utilizados para se marcar as orientações de direção em trilhas que não possuem árvores, que são de fácil visualização.

A distância entre os totens deve ser tal que o excursionista ao lado de um totem possa visualizar outros dois – o da frente e o de trás. Em locais sujeitos à neblina, recomenda-se a pintura das pedras do topo do totem para facilitar a visualização.

As fitas são outra forma de se marcar o caminho. São fitas coloridas amarradas nos galhos, em troncos de árvores ou arbustos, ou no alto de uma estaca de madeira ou ferro.

O corrimão e o parapeito devem ser fixados em locais onde oferece risco de queda ao visitante como encostas ou terrenos muito íngremes e estreitos, servindo de apoio e equilíbrio minimizando dessa forma os riscos de acidentes graves.

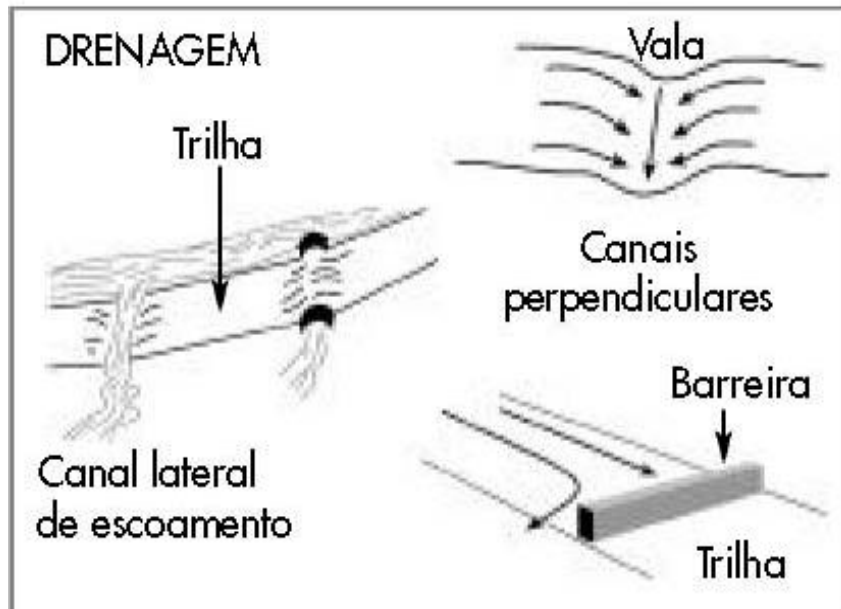
7. Práticas de Manejo

Obstáculos como pedras, árvores caídas e poças de lama devem ser prontamente corrigidos ou adaptados para evitar novos caminhos e proporcionar segurança na caminhada.

São basicamente três intervenções construtivas que são realizadas para a minimização de impactos no solo, em consequência na vegetação e fauna, resultando qualidade para a biota e evitando o desgaste precoce da trilha: drenagem, contenção de erosão e sobreposição de corpos d'água.

Há também os fatores de segurança para o visitante e para o meio ambiente que devem ser tomados como precauções, como o caso da instalação de corrimãos e parapeitos, sinalização em pontos específicos, capacidade de suporte da trilha e conduta de mínimo impacto.

Em superfícies erodidas, onde o terreno possui uma inclinação íngreme e o solo encontra-se compactado, uma das melhores maneiras de interromper as atividades aceleradoras causadas pelas águas é instalando drenagens em lugares estratégicos. Estas drenagens devem ser construídas após uma análise técnica que leve em consideração o caminho que a água faz ao escoar pela superfície em um dia de chuva, podendo ser construídos canais laterais de escoamento, canais que cruzam em perpendicular ou em diagonal a trilha (tanto em nível quanto por baixo da mesma) e valas ou barreiras oblíquas à superfície da trilha, para facilitar o escoamento da água desaguando em pontos onde não ocasionará o mesmo efeito erosivo, como um córrego já existente ou pontos onde naturalmente se dá o alagamento como banhados.

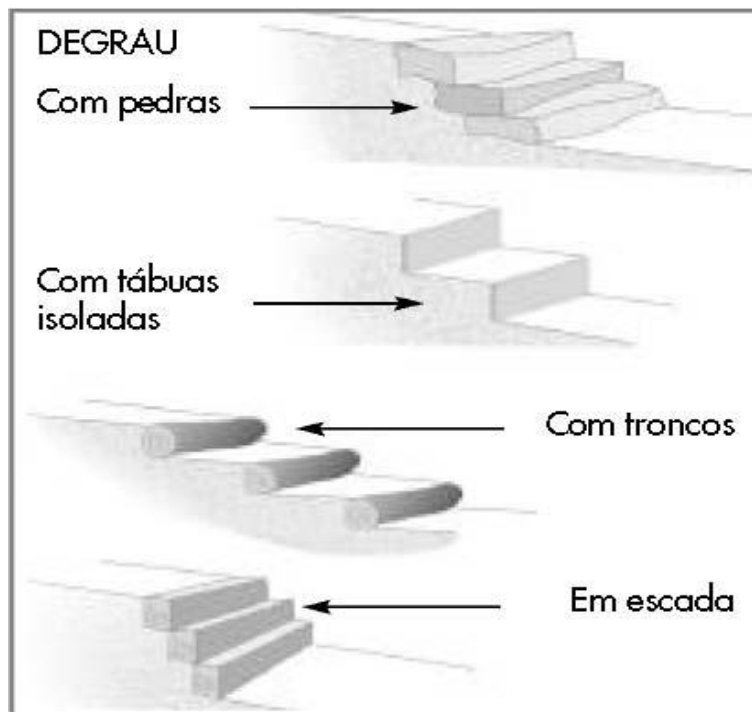


Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

Dois tipos de obras podem ser aplicados na contenção de erosão: degraus e paredes, lembrando que elas devem ser implantadas junto com as obras de drenagem.

A construção de degraus é uma das mais difíceis obras em trilhas, e é solução somente quando não houver outra alternativa. Deve-se evitar longos trechos de degraus em linhas retas e em terrenos ao lado de quedas abruptas (terrenos normalmente instáveis), pois podem cair. É importante analisar o local da obra sob o ponto de vista de quem desce e de quem sobe.

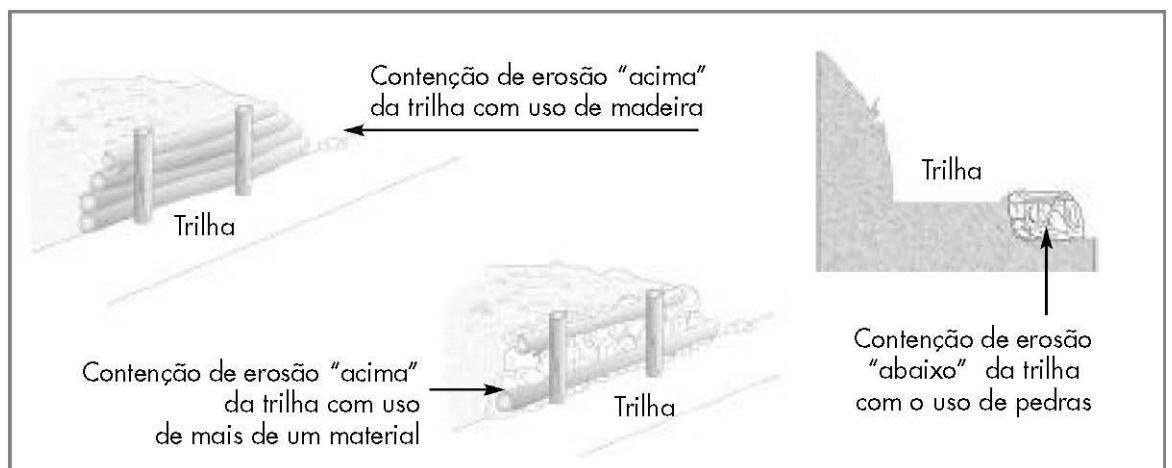
Os degraus podem ser feitos com pedras, troncos e pranchas de madeira.



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

A terra retirada para a confecção dos degraus poderá ser reutilizada para aterrar outros locais, que foram erodidos e perderam solo.

A construção de paredes de contenção em declives tanto previne a erosão da trilha quanto a deposição de material carreado da encosta. Pode também ser feita de pedras e/ou troncos.

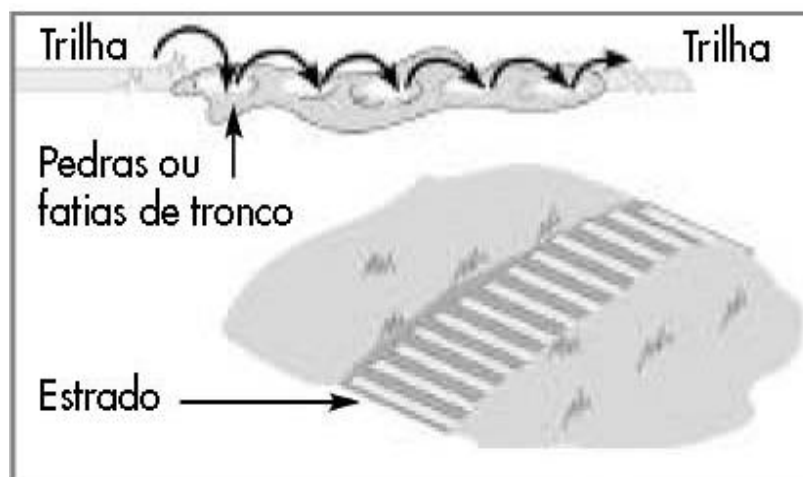


Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

A pavimentação também é uma intervenção que conserva o trajeto da trilha e facilita a retirada de obstáculos. Pode ser realizada com blocos de rochas ou com troncos de árvores caídas ou pedras pequenas.

A sobreposição de corpos d'água (rios, riachos e locais alagados), para os primeiros é solucionada com a construção de pontes. Para a ultrapassagem de alagados podem ser usados blocos de pedra e/ou “fatias” de troncos dispostos sequencialmente.

Outra opção são os tablados ou estrados, que permitem uma caminhada fácil e segura, transferindo a superfície de uso direto do solo para a madeira e permitindo que o bioma seja preservado.



Fonte : <http://slideplayer.com.br/slide/284088/>

7. 1 Capacidade de suporte

É o nível de uso, ou seja, o número de caminhantes e seu comportamento, que uma área pode suportar sem acarretar sua deterioração excessiva.

A capacidade varia conforme os indicativos sociais, físicos e biológicos de cada localidade obtidos nas avaliações periódicas que primem pela qualidade e conservação ambiental.

7.2 Conduta de mínimo impacto

Os caminhantes devem ser orientados a trazer de volta o resíduo tanto orgânico quanto seletivo, pois causam interferência na vida alimentar da fauna além da poluição visual, manter-se na trilha, evitar a poluição sonora gerada por equipamentos eletrônicos, fogos de artifício ou gritos, pois além de espantar a fauna, perturba o sossego dos outros caminhantes, evitar qualquer prática que possa provocar incêndios, bem como não coletar elementos naturais e muito menos depredá-los.

As trilhas são frequentadas em geral por diversos tipos de pessoas, tais como: montanhistas, amantes da natureza, observadores de animais, estudiosos, além de algumas pessoas mal intencionadas como os ladrões de palmito e caçadores.

Qualquer abordagem feita pelo condutor deve ser realizada com muito respeito e coerência entre as afirmações, o condutor atua com mediador entre o meio ambiente natural e o social.

7.3 Planejamento de Condução

Reconhecer o público identificando aspectos sociais relevantes para possíveis intervenções.

Verificar a previsão do tempo para o dia estipulado da atividade, modificando a data se necessário para que seja também confortável, além de causar mais impacto na trilha em dias de chuva.

Verificar o percurso a ser realizado, o condicionamento físico e o nível de experiência necessária para a execução do mesmo, o grau de dificuldade e infraestrutura disponível, calculando com uma margem de sobra o tempo total a ser gasto na atividade incluindo o deslocamento no trânsito. Estabelecer cronograma e divulgá-lo ao público juntamente com as orientações ecológicas básicas de caminhada: necessidades fisiológicas, utilização de produtos de higiene, retorno dos resíduos alimentares e embalagens.

Escolher os equipamentos de acordo com o grau de dificuldade da trilha e tempo disponível para a atividade como: mochila, quantidade de roupa,

alimentação, água, plásticos para trazer os resíduos de volta, papel higiênico, protetor solar, repelente, máquina fotográfica, lanterna, fósforo, primeiros socorros e, quando necessário, barraca, saco de dormir, panelas. Instruir os caminhantes que no dia anterior, comam carboidratos, evitem bebidas alcoólicas e durmam bem.

Uma vez na trilha, deve-se andar sempre em grupos pequenos, observando a capacidade de suporte sugerida, grupos menores se harmonizam melhor e causam menos impacto. Deve-se evitar frequentar as trilhas mais populares durante feriados prolongados.

Os animais peçonhentos aparecem mais nos meses de verão, período este que o caminhante deverá tomar mais cuidado, de onde pôr os pés e mãos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, é uma realidade que o turismo garante o desenvolvimento local e a sustentabilidade da região, se explorado adequadamente. A fomentação destas práticas pelos gestores públicos no Parque Estadual Rio das Onças e Parque Nacional Saint-Hilaire geram retorno econômico à região.

A modalidade analisada das caminhadas na natureza facilita a prática da atividade, pois não precisa selecionar um determinado público. É uma atividade acessível e que não requer grandes habilidades ou condicionamentos físicos.

Com a implantação adequada de trilhas e o aumento da consciência de que trilhas em unidades de conservação ou outras áreas onde se praticam atividades na natureza não são apenas caminhos improvisados, mas sim caminhos em áreas naturais com determinados objetivos, aliados a interpretação ambiental, a condução de grupos, educação ambiental em trilhas torna-se prazerosa e segura – com a presença do Guia de Turismo – possibilitando efetiva conscientização dos visitantes.

Há que se mencionar que diretamente o turismo gera empregos e renda e, indiretamente, gera recursos financeiros aos municípios envolvidos (Pontal do Sul, Matinhos e Guaratuba). Parte da economia local dos balneários paranaenses depende da movimentação do turismo de veraneio, do turismo de alta temporada, de forma que existe o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná; 2009.

Deste modo, é salutar que o turismo, na modalidade da caminhada natural, é uma excelente alternativa para o desenvolvimento de uma região – de maneira geral – e uma atividade bastante lucrativa para ser explorada. Unindo a atividade de caminhadas e o turismo guiado, na modalidade de ‘caminhadas na natureza’, tem-se um atrativo alternativo para angariar recursos de turistas para o ano todo. Como os Circuitos turísticos são administrados pela gestão municipal seria viável deixar um Guia de Turismo disponível pela Prefeitura Municipal para promover estas atividades sendo para turistas ou para com métodos educacionais como visitas técnico científicas, além de permanecer disponível para grupos que se interessarem em visitar a região. Um exemplo disso, seria o grupo da terceira idade que se hospeda no hotel SESC – Caiobá durante as quatro estações do ano. A gestão municipal, caso não queira contratar um guia de turismo direcionado para trabalhar nos parques, pode se interessar em ter contatos de Guias de Turismo cadastrados na CADASTUR para fazer essa atividade podendo alavanca a economia local fora dos períodos de alta temporada, promovendo o desenvolvimento em todos os sentidos, usufruindo de forma sustentável dos seus atrativos naturais e proporcionando este acesso a população local também.

O Objetivo final da pesquisa é tratar a sazonalidade no litoral paranaense, dando outro atrativo senão o de sol e praia, promovendo as caminhadas em área naturais e incentivando novos projetos e trabalhos que solucionem e melhorem a qualidade de vida da comunidade.

A maior dificuldade de enfrentamento da sazonalidade ainda encontra - se na falta de infraestrutura dos locais e acessos bem como a má administração pública.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDA BRASIL - ([www. andabrasil.com.br](http://www.andabrasil.com.br) – acesso: 10/11/2015 – 17:45 hs.)

BALMFORD, A., et al. 2009. *A global perspective on trends in nature-based tourism. Plos Biology* 7: e1000144.

BARRETTO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas/SP: Papirus, 2001.

BRAMBATTI, L. A Sazonalidade turística no Litoral do Paraná. Brochura, 2011, UFPR.

BOUCHER, D.H., Aviles, J., Chepote, R., Gil, O.E.D. & Vilchez, B. 1991. *Recovery of trailside vegetation from trampling in a Tropical Rain Forest. Environmental Management* 15: 257-262.

CANANI, Ivone Selva Santos. *Guia de turismo: o mérito da profissão*. Revista Turismo e Análise. São Paulo, Vol. 10, n 1, p. 92-106, mai 1999.

CARDOSO, Eduardo Rodrigo Rocha Socrates Jacobo Moquete Guzman. Guia de turismo: qualificação, legalização e penalização das infrações e irregularidade no exercício da profissão. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10457&n_link=revista_artigos_leitura.

CARVALHO, J. & Bócon, R. 2004. *Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística*. Revista Floresta 34: 23-32.

CHIMENTI, Silvia, e Adriana de Menezes TAVARES. *Guia de Turismo: o profissional e a profissão*. Senac, 2007.

CHIMENTI, Silvia; TAVARES, Adriana de Menezes. *Guia de turismo: o profissional e a profissão*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

COLE, D.N. 1978. *Estimating the susceptibility of wildland vegetation to trailside alteration*. The Journal of Applied Ecology 15: 281-286.

COSTA, V.C. 2006a. *Proposta de manejo e planejamento ambiental de trilhas ecoturísticas: um estudo no Maciço da Pedra Branca - município do Rio de Janeiro (RJ)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, V.C., Triane, B.P. & Costa, N.M.C. 2008. *Impactos ambientais em trilhas: agricultura x Ecoturismo - um estudo de caso na Trilha do Quilombo* (PEPB - RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo* 1: 84-113.

COUTINHO, P. (Org). *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: Como diferentes atores sociais podem, de forma, participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. *Turismo e Hotelaria*. São Paulo: DCL, 2004.

DALE, Paul. *Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem?* In: NEIMAN, Zysman;

ECOBOOKING - <http://www.ecobooking.com.br> – acesso 10/11/2015 – 18:43 hs.)

EISENLOHR, P.V., Melo, M.M.R.F. & Silva, A.V. 2009. *Trilhas afetam comunidades arbóreas florestais? Dois levantamentos na Floresta Atlântica do sudeste brasileiro*. EISENLOHR, Pedro Vasconcellos et al. *Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas?*. *Hoehnea*, v. 40, p. 407-418, 2013.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT/Ministério do Meio Ambiente – MMA/ Governo Federal, 1994.

ENDRES, Ana Valéria. *Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento*. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 9, n. 1, maio 1998.

ESPÍNOLA, R.S.; CASTRO, V.M. Página 293 *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr 2012, pp.281-296.

FARIAS, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena do Alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R. et al.(orgs.) *Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: letra e imagem, 2009.

FONSECA FILHO, R.E., VARAJÃO, A.F.D.C. & FIGUEIREDO, M.A. 2011. *Qualidade do solo como um atributo para uma metodologia de manejo de trilhas do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo* 4: 508.

HINTZE, Helio. *Guia de turismo: formação e perfil profissional*. São Paulo: Roca, 2007.

MAMEDE, Gladston. *Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções*. Barueri: Manole, 2003.

HOEHNEA 36: 293-302. EISENLOHR, P.V., et al. *Floristic variations in a woody plant community along a trail in a Semideciduous Seasonal Forest*, Viçosa, Minas Gerais State, Brazil. *Hoehnea* 38: 61-71. 2011.

<http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/caminhada-na-natureza-circuito-rio-da-onca-2015/>

http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/guia_turismo/catalogo_nacional.html. Acesso em: 30 jul. 2015.

<http://www.cpt.com.br/cursos-turismorural-administracao/artigos/qualificacao-em-turismo-rural-diferencas-entre-guia-turistico-e-condutor-ecologico#ixzz3aY27iG88>

<http://www.mma.gov.br/>: Site do Ministério do Meio Ambiente

KUSS, F.R. 1986. *A review of major factors influencing plant responses to recreation impacts*. *Environmental Management* 10: 637-650.

LIDDLE, M.J. 1975. *A selective review of the ecological effects of human trampling on natural ecosystems*. *Biological Conservation* 7: 17-36.

MACIEL, L.A., SILES, M.F.R. & BITENCOURT, M.D. 2011. *Alterações na vegetação herbácea de floresta ombrófila densa decorrentes do uso em uma trilha turística na Serra do Mar em São Paulo, Brasil*. *Acta Botanica Brasilica* 25: 628-632

MENDONÇA, Rita. (org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

MTUR. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ano 2008. Disponível em: www.mtur.com.br

PICAZO citado por Chimenti e Tavares (2007, p. 19)

OLIVEIRA, A. P. *Turismo e desenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

REBELO, Salete Mocelin. *Plano Municipal de Educação Turística – PMET: um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico*. *Revista Turismo – Visão e Ação, Balneário Camboriú*, vol. 1, n. 2, p. 89-103, out-1988/mar-1999.

REIMBERG, Mariana Lapiez. *Ecolodges: o delicado equilíbrio entre a conservação e exploração ambiental*. In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

- ROOVERS, P., BAETEN, S. & HERMY, M. 2004. *Plant species variation across path ecotones in a variety of common vegetation types*. Plant Ecology 170: 107-119
- RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas/SP: Papirus, 1997.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.
- TRIGO, L. G. G.. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. 5 ed. <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28936-o-que-e-ecoturismo/>
- WESTERN, D. *Como definir o ecoturismo*. In: LINDENBERG, K.; HAWKINS, D.E. (orgs.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Ed Senac, 2005.

